

## **D E C R E T O      N° 2363/2004**

**Sumula:** Introduce no ordenamento jurídico do Município de Bandeirantes o **REGULAMENTO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

**NILTON DE SORDI JUNIOR**, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

### **D E C R E T A**

#### **REGULAMENTO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR**

##### **CAPÍTULO I - DO CONSELHO**

Art. 1º - O Conselho de Contribuintes do Município de Bandeirantes é um órgão administrativo, colegiado, com autonomia para desempenho das suas atribuições jurisdicional para julgamento, em nível administrativo, de segunda instância, os recursos propostos face às decisões de primeira instância proferida em Processo Administrativo Tributário.

##### **Seção I - da composição**

Art. 2º - O Conselho de Contribuintes será composto por quatro membros e respectivos suplentes, sendo dois servidores municipais e dois representantes da Associação Comercial de Bandeirantes, nomeados por Decreto pelo Prefeito do Município, pelo período de 01 ano, podendo ser reconduzido.

##### **Seção II - da posse**

Art. 3º - A posse dos membros do Conselho e de seus suplentes realizar-se-á em sessão pública, perante o Prefeito, lavrando-se ata contendo a declaração ou termos de posse.

##### **Seção III - da perda do mandato**

Art. 4º - Perderá o mandato de conselheiro o membro que:

- I - deixar de comparecer a 30% sessões ordinárias consecutivas ou intercaladas, no mesmo exercício, sem motivo justificado, por escrito, aprovado em reunião plenária do Conselho;
- II - usar de meios ou atos de favorecimentos em função das atribuições de conselheiro;
- III - proceder no exercício de suas atribuições com dolo ou fraude;
- IV - recusar, omitir ou retardar o exame e julgamento em processo, sem justo motivo;
- V - desrespeitar as normas regulamentares do Conselho de Contribuintes.

#### **CAPÍTULO II - DA COMPETÊNCIA, DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DOS TRÂMITES DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS**

##### **Seção I - da competência**

Art. 5º - O Conselho de Contribuintes do Município de Bandeirantes tem sua competência definida em Lei, bem como julgar pedido de esclarecimentos de suas decisões, quando esta se afigurem omissas, contraditórias ou obscuras.

## **Seção II - da organização administrativa**

Art. 6º - O Conselho terá um Presidente eleito por seus pares, com mandato de 01 ano, podendo ser reconduzido por mais um mandato.

Art. 7º - Dentre as atribuições do Presidente tem-se:

- I - presidir e coordenar as reuniões do Conselho;
- II - supervisionar o sorteio dos relatores do processo;
- III - determinar o prazo de até 30 dias para o relator emitir parecer;
- IV - votar em todos os julgamentos;
- V - convocar as reuniões ordinárias ou extraordinárias, observado o prazo de 48h00 (quarenta e oito horas) de antecedência para a convocação e indicando na pauta os julgamentos e demais assuntos a serem tratados;
- VI - determinar a intimação do recorrente sobre as decisões do Conselho;
- VII - determinar a publicação dos acórdãos;
- VIII - outras necessárias ao estrito cumprimento do deveres de condução do Processo Administrativo Tributário em segunda instância.

Parágrafo único - As reuniões poderão ser convocadas pelo Presidente em reunião do Conselho e, estando todos presentes, fica dispensada a convocação por escrito.

Art. 8º - Nos impedimentos ou suspeições do Presidente, suas atribuições serão cumpridas por outro servidor indicado pelos membros que compõe o Conselho.

Art. 9º - A fim de atender aos serviços administrativos do Conselho, o Prefeito indicará um servidor do Município para secretariar o Conselho.

## **Seção III - dos trâmites dos recursos administrativos**

Art. 10 - Os recursos dirigidos ao Conselho de Contribuintes serão distribuídos aos seus membros, mediante sorteio, garantida a igualdade numérica na distribuição.

Parágrafo único - Nos processos em que cabe ao Presidente relatar, a presidência da sessão será transferida para um dos membros servidor público.

Art. 11 - Para garantir o respeito ao princípio da verdade material, o Presidente, em sede de preliminar, poderá deferir pedidos de produção de provas documentais, periciais, diligências, desde que sejam justificáveis ou acrescentem novos fatos para o julgamento.

Parágrafo único - Na hipótese de que trata este Artigo, após a conclusão desta instrução, será dada vista para manifestação à outra parte, nos prazos definidos pelo Presidente e após, efetuado o sorteio do relator para análise e manifestação de seu voto.

Art. 12 - Em reunião em que houver a distribuição do recurso será definido o prazo para o relator apresentar seu voto, contendo a sua decisão motivada, bem como exposição das razões do recurso e da decisão de primeira instância.

Art. 13 - A declaração de impedimento ou suspeição dos membros do Conselho para fins de ser designado relator bem como para o julgamento poderá ser provocada pelas partes, bem como argüida pelos próprios membros nas seguintes hipóteses:

I - quando sejam sócios, acionistas, interessados, empregados, membros de diretoria ou do conselho da sociedade ou empresa envolvida no processo;

II - sejam parentes do recorrente até terceiro grau;

Art. 14 - Somente poderá haver deliberação quando estiverem presentes à reunião a maioria dos membros que compõem o Conselho.

Parágrafo 1º - Nenhum membro do Conselho poderá abster-se de votar, salvo nas hipóteses de impedimento ou suspeição.

Parágrafo 2º - o julgamento uma vez iniciado e salvo pedido de vista, não será interrompido.

Art. 16 - A parte que quiser usar do direito de sustentação oral na reunião de julgamento deverá requerer na petição do recurso apresentado ao Conselho.

Art. 17 - Da decisão do Conselho tomada por maioria de seus membros, será lavrada ata circunstanciada e redigido o acórdão que será assinado pelo Presidente e pelo Relator, devendo ser dada ciência da decisão às partes, publicada a ementa em Edital onde são publicados os atos municipais.

Parágrafo 1º - verificando-se empate nos votos de julgamento de que trata este artigo, o(s) auto(s) será(ão) encaminhado(s) à assessoria jurídica para parecer, retornando para novo julgamento.

Parágrafo 2º - persistindo o empate após segundo julgamento de que trata o parágrafo anterior, prevalecerá a decisão do relator.

Parágrafo 3º - o(s) membro(s) vencido(s) assinará(ão) o acórdão, devendo aduzir, por escrito e em separado, os motivos da discordância.

Art. 18 - Nas decisões em que o relator for vencido, designará o Presidente, um dos membros, cujo voto tenha sido vencedor, para redigir o acórdão, o qual será apresentado à Mesa, para conferência e assinatura.

Art. 19 - Processos que versem sobre o(s) mesmo(s) argumentos jurídico(s), assim entendido por unanimidade pelo Conselho, poderão ser objeto de acórdão único.

### ***CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS***

Art. 20 - As reuniões do Conselho de Contribuintes serão realizadas ordinariamente nos meses de fevereiro a junho e de agosto a dezembro e extraordinariamente, em qualquer data, quando convocada pelo Presidente ou maioria de seus membros para tratar de assunto especial e urgente, assim reconhecido na reunião, preliminarmente, por maioria dos membros.

Parágrafo único - os prazos ficam suspensos nos meses de janeiro e julho.

Art. 21 - As dúvidas na aplicação deste regulamento serão resolvidas pelo Conselho.

Art. 22 - Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 16 de fevereiro de 2004.

Nilton de Sordi Junior  
Prefeito Municipal